

**PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.131 - TO (2019/0167822-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**REQUERENTE** : **ROMEU JOSE DE OLIVEIRA JUNIOR**  
**ADVOGADOS** : **PAULO EMILIO CATTÀ PRETA DE GODOY - DF013520**  
**DEMÉTRIO WEILL PESSÔA RAMOS - DF036526**  
**AVA GARCIA CATTÀ PRETA - DF044882**  
**ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS - DF060460**  
**REQUERIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de tutela provisória apresentado por ROMEU JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR objetivando a imediata concessão de efeito suspensivo a Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins no HC n. 0023264-92.2018.8.27.0000, que denegou ordem ali impetrada, nos termos da seguinte ementa:

**EMENTA: HABEAS CORPUS. FRAUDE A LICITAÇÃO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO DEMONSTRADA. ORDEM DENEGADA. 1. O trancamento da Ação Penal pela via estreita do habeas corpus é medida excepcional, somente admitida quando, de plano, ficar demonstrada a falta de justa causa para o prosseguimento do feito, o que não se verifica no presente feito. 2. Verifica-se que a denúncia apresentada, individualizou as condutas delitivas do paciente, em que constitui organização criminosa para possibilitar a fraude à licitação. 3. Havendo probabilidade a partir de dados concretos de que o paciente possa ter praticado o delito que lhe é imputado, inviabiliza-se o trancamento da Ação Penal. 4. Ordem denegada.**

Consta dos autos que o requerente foi denunciado pela prática dos crimes tipificados nos arts. 333 c/c o art. 29, ambos do CP (corrupção ativa), 2º, *caput* e § 4º, da Lei n. 12.850/2013 (pertinência a organização criminosa) e 90, da Lei n. 8.666/90 (fraude a licitações).

A denúncia foi recebida. Após a citação, a defesa apresentou petição na qual, alegando a existência de nulidades, pretendeu a rejeição da denúncia ou a absolvição do ora requerente. Sustentou, na oportunidade: nulidade por derivação de

provas; ilegitimidade ativa do Ministério Público Estadual; inépcia da denúncia; ausência de justa causa; atipicidade penal, juntando documentos que entendeu pertinentes. Contudo, o magistrado teria deixado de analisar as alegações, limitando-se a ratificar a denúncia.

Diante disso, a defesa impetrou o *writ* originário, o qual foi denegado nos termos do acórdão acima transcrito.

Sobreveio o Recurso Ordinário em *Habeas Corpus*, em que se reiterou a argumentação do *habeas corpus* denegado, no sentido de que não foram analisadas todas as teses apresentadas por ocasião da apresentação da defesa.

Afirma que “não há como concordar com a afirmação de que as alegações defensivas se confundiriam com o mérito da ação, uma vez que foram suscitadas teses de nulidade e de atipicidade da conduta, cognoscíveis desde a fase prevista no art. 397 do Código de Processo Penal.” (fl. 427).

Aponta, ainda, que o acórdão se equivocou ao afirmar que se pretendia o trancamento da ação penal, eis que a pretensão era tão somente de reconhecimento da nulidade do ato coator, por falta de fundamentação. Sustentou que o acórdão, indevidamente, tentou agregar fundamentos à decisão monocrática (fl. 429).

Por fim, reitera a nulidade da decisão que ratificou o recebimento da denúncia, genérica e carente de fundamentação.

Requer pedido de tutela de urgência cautelar para conferir efeito suspensivo ao Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* interposto, para fins de suspender a Ação Penal n. 0015313-08.2018.8.27.2729/TO, até o julgamento do mérito do aludido recurso nesta Corte.

É o relatório. Decido.

A atribuição de efeito suspensivo a Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* é medida excepcional, contrária a expressa disposição do sistema processual, mormente quando vinculada a uma pretensa suspensão do trâmite da Ação Penal.

Outrossim, na hipótese em análise, não vislumbro a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, requisitos autorizadores à concessão da tutela de urgência (art. 300 do Código de Processo Civil).

As teses aventadas no RHC são as mesmas aqui utilizadas para fundamentar o pedido de efeito suspensivo ao recurso e envolvem a análise de uma possível nulidade por falta de fundamentação de decisão que ratificou o recebimento da denúncia, que, no entanto, será analisada naqueles autos, em momento oportuno.

Diante do exposto, indefiro liminarmente o pedido de tutela provisória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

